



José Gabriel Ávila*

Sobre a Política Aérea

“O Governo tem ou deveria ter técnicos e estudos que lhe permita tomar decisões acertadas e atempadas, sem andar na praça pública, sujeito a críticas das populações, por razões de óbvia decisão.”

O aumento do número de voos da Azores Airlines para o Faial e para o Pico antevê que, na próxima época alta, as ilhas do Triângulo atraiam um ainda maior número de visitantes.

Tendo em conta o crescimento registado nestas duas ilhas, nos dois anos anteriores, era previsível que, não havendo impedimentos de maior, a evolução se mantenha.

Nos três últimos anos, recorde, o Faial registou em 2022, 124.508 passageiros embarcados e 124.494 desembarcados; no ano seguinte, esse número subiu para 141.178 passageiros embarcados e 144.272 desembarcados e no ano transato (2024) no aeroporto da Horta embarcaram 143.958 passageiros e desembarcaram 144.605.

O mesmo aumento se registou no aeroporto do Pico. Em 2022, embarcaram 90.027 passageiros e desembarcaram 88.707; em 2023, 104.209 embarcaram e 102.781 desembarcaram e em 2024 embarcaram 112.089 e 112.126 desembarcaram.¹

Não se percebeu, pois que Faial e Pico vissem diminuído o número de voos.

Não foi uma decisão judiciosa, nem ponderada. Às entidades envolvidas nos transportes aéreos - SATA e Governo Regional - compete uma gestão correta do Serviço Público do Transporte Aéreo, baseada nos dados acima apresentados e nos estudos prospectivos que os “players” do setor vão recolhendo nos mercados emissores.

Era, portanto, desnecessária a pressão da opinião pública e dos agentes económicos locais para demover o Governo a, à última da hora e quando já está em marcha o verão IATA, impor à Azores Airlines o aumento do número de voos para as ilhas do Canal Pico-Faial.

O Governo tem ou deveria ter técnicos e estudos que lhe permita tomar decisões acertadas e atempadas, sem andar na praça pública, sujeito a críticas das populações, por razões de óbvia decisão.

Muito menos é aceitável que a administração da SATA, instada a aumentar o número de voos no aeroporto da Horta alegue a indisponibilidade de “slots” (horários de chegadas e partidas) no aeroporto de Lisboa e, passados alguns dias, após uma reunião com o Presidente da autarquia faialense, aumentou o número de escalas.

O caso do Pico foi mais caricato. O anúncio dos 6 voos aconteceu mesmo em cima da visita estatutária, com a época alta já em curso, como se essa fosse uma benesse e não uma acertada decisão de quem governa.

Isso mesmo deveria ter acontecido em reacção à redução dos voos inter-ilhas. Não é admissível que os picoenses tenham sido impedidos de viajar nos primeiros meses do ano, incluindo março, por falta de voos. As estatísticas comprovam o decréscimo do número de passageiros. Em comparação com janeiro de 2024, o Aeroporto do Pico teve um decréscimo de -14,36% e -11,8% em fevereiro. E não foram apenas os impedimentos provocados por situações atmosféricas adversas que estiveram na origem dessas acentuadas quebras. Foi também a falta de voos programados.

Se a SATA cumpriu as obrigações estabelecidas no contrato do Serviço Público compete à tutela responder à crescente mobilidade dos açorianos que recorrem ao transporte aéreo nesta época do ano também por razões de saúde inadiáveis.

E já que estou a falar de transporte aéreo, não entendo a demora

das entidades públicas em revelar a análise do estudo sobre a viabilidade da ampliação do Aeroporto do Pico. A SATA, que gere os aeródromos e tem, certamente, técnicos competentes para avaliar o estudo e sobre ele emitir um parecer. Por que se espera? Não há cabimento orçamental para executar o projeto este ano? Compreendo. O que não aceito é este incompreensível silêncio sobre um documento que deveria ter sido revelado e discutido em público, como foi, há décadas, a ampliação do Aeroporto de Ponta Delgada.

Quando não há transparência na governação, as populações demitem-se da participação cívica e responsabilizam os decisores políticos, justa ou injustamente, pelo fracasso dos seus destinos.

Não entender isto, não saindo da “torre de marfim” ou da “bolha” em que muitos gestores da causa pública se fecham, é arruinar o sistema autonómico e a unidade regional.

Já agora, é tempo de colocar na agenda pública a questão dos transportes de passageiros e viaturas entre São Miguel e Santa Maria, já que o transporte via ferrie para as outras ilhas foi proscrito. Que decisão se pretende tomar, alternativa às embarcações da Atlanticoline? Que dizem os marienses e micaelenses? Aceitam o silêncio e a falta de explicações?



¹ Fonte: SREA